



L U L A P R E S I D E N T E

**POLÍTICA AMBIENTAL INTEGRADA
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**PROGRAMA SETORIAL DE MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO - 2007 / 2010**





ORDEM E

L U L A P R E S I D E N T E

**POLÍTICA AMBIENTAL INTEGRADA
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**PROGRAMA SETORIAL DE MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO - 2007 / 2010**



Sumário

INTRODUÇÃO

1. AGENDA DE EDUCAÇÃO E
CIDADANIA SOCIO AMBIENTAL



5

2. AGENDA DE CONSERVAÇÃO
E USO SUSTENTÁVEL DOS
RECURSOS NATURAIS

3. AGENDA DE POLÍTICAS DE
INFRA-ESTRUTURA E QUALIDADE
AMBIENTAL URBANA

4. AGENDA AMBIENTAL GLOBAL

5. AGENDA DE SUSTENTABILIDADE
NA ECONOMIA

INTRODUÇÃO

Esse programa ambiental é parte integrante do Programa de Governo Lula Presidente 2007-2010 cujo compromisso central é a promoção do desenvolvimento com distribuição de renda, educação de qualidade e sustentabilidade ambiental.

Abre-se a perspectiva de construção de um caminho próprio para o desenvolvimento brasileiro, partindo de sua condição de país tropical, rico em água e diversidade biológica, cultural e regional. Alicerçado nas conquistas históricas e estruturantes do primeiro mandato do Presidente Lula, propomos o aprofundamento de um padrão de desenvolvimento centrado na igualdade de oportunidades, no usufruto comum de suas riquezas naturais e na utilização de tecnologias produtivas inovadoras que respeitem a capacidade de suporte de nossos ecossistemas.

Este programa, “Cuidando do nosso Brasil”, inspira-se em contribuições fundamentais e históricas da sociedade civil, tais como a Agenda 21 Brasileira, a Carta da Terra e as Deliberações da Iª e IIª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizadas em 2003 e 2005, respectivamente. Queremos a consolidação e aprofundamento das quatro diretrizes da Política Ambiental Integrada que vem

sendo desenvolvida e executada pelo Governo Federal: **Transversalidade, Desenvolvimento Sustentável, Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), e Controle e Participação Social.** Pretendemos, ainda, um conjunto de ações positivas com metas indicativas de mudanças socioambientais, orientadas para atender as necessidades de gerações presentes e futuras.

Por sua grandeza e importância o Brasil pode contribuir para mudar as condições de injustiça social e de riscos ambientais globais que hoje ameaçam a Terra e a humanidade, rumo a uma nova ordem mundial que tenha por base o respeito aos limites da biosfera. O bem-estar das nações deve estar apoiado no respeito às diversidades culturais e ambientais.

Neste sentido, entendemos que as iniciativas do primeiro mandato do Governo Lula, tanto na área social como na área ambiental, constituem as bases de novas conquistas e também de marcos em um longo processo de transição para uma sociedade sustentável. Entretanto, temos a clareza de estar operando uma importante alteração de abordagem da problemática ambiental: ao invés de perguntarmos o que o desenvolvimento pode fazer pelo meio ambiente, estamos operacionali-

zando tudo o que a política ambiental pode fazer pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

Conquistas da Política Ambiental Integrada do Governo Lula

Em 33 anos de Política Ambiental no Brasil desde a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA -, em 1973 é a primeira vez que o Governo Federal transcede a abordagem setorial e estabelece uma gestão ambiental integrada, em diálogo com estados, municípios e com a sociedade em geral.

Foram estabelecidas quatro diretrizes, protagonizadas pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA -, que deverão ser expandidas em um segundo mandato:

(1) a transversalidade, adotada como política de Estado, será incentivada em outros níveis de governo e nas demais instituições da sociedade;

(2) o fortalecimento do Sisnama, compartilhando a gestão ambiental entre União, Estados e Municípios, estará melhor articulada com o fortalecimento do Singreh (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), e os demais sistemas;

(3) o controle e a participação social, se estenderá para a idéia de co-responsabilidade e co-gestão propostas pela Conferência Nacional do Meio Ambiente rumo a uma cidadania sustentável;

(4) a diretriz estratégica do desenvolvimento sustentável continuará orientando os passos fundamentais da transição em curso.

Desta forma, a política integrada que resulta dessas diretrizes é a mais expressiva contribuição do Governo Lula, justamente porque ao associar ação ambiental e desenvolvimento, chama a atenção para a relevância da esfera do planejamento de Estado. É por isso que bons frutos já puderam ser colhidos nesses primeiros anos.

Plano reduz desmatamento – O maior indicador de eficiência da Política Ambiental Integrada é, sem dúvida, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCD -, orçado em R\$ 394 milhões. Pela primeira vez, o desmatamento foi tratado por meio de ação conjunta de 15 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil, proporcionando uma redução na taxa de desmatamento de 31%, no período 2004/5 e de 11% em 2005/6. Foi a primeira queda significativa nos últimos nove anos. O plano consistiu em ações estratégicas de combate à grilagem de terras públicas e ao desmata-



mento ilegal, de ordenamento territorial, uso sustentável da floresta e aproveitamento das terras já desmatadas. Foram criados cerca de 15,1 milhões de hectares em unidades de conservação ao longo da BR-163 no Pará, e instituída a limitação provisória de 15,4 milhões de hectares às margens da rodovia BR-319, no Amazonas. Nas áreas mais críticas da região foram implantadas 10 bases operativas do Ibama que deram apoio à realização de mais de 100 operações referentes à fiscalização de práticas ilegais de desmatamento, exploração e transporte de produtos madeireiros e utilização de trabalho escravo.

★
8
Muitas destas ações envolveram a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, o Ministério do Trabalho e o Exército, resultando na apreensão de 357 pessoas, sendo 93 servidores públicos federais, 15 outros locais. Atualmente os dados sobre desmatamento são públicos e podem ser acompanhados por intermédio do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter/Inpe/MCT).

BR-163 - uma estrada sustentável – A primeira intervenção do Governo Federal na Amazônia com base nos princípios do Plano Amazônia Sustentável - PAS -, foi o Plano BR-163 Sustentável. A rodovia, no trecho entre Santarém e Cuiabá, atravessa uma das áreas de maior potencial econômico e di-

versidade social e biológica do bioma, tendo 1.764 Km, cerca de 800 deles já asfaltados. A pavimentação do restante foi orçada em R\$ 1,1 bilhão. A simples expectativa da pavimentação fez com que o desmatamento aumentasse em até 500% ao ano em alguns municípios do Pará, além de estimular a grilagem e a expulsão de populações tradicionais. O plano foi concebido para promover o desenvolvimento sustentável e evitar os impactos negativos da obra. Ele é composto por um conjunto de ações de 21 ministérios e órgãos federais, definidas a partir de prioridades estabelecidas em parceria com governos estaduais, municipais e a sociedade. Seu objetivo é fortalecer políticas de gestão associadas à criação e implementação de áreas protegidas, à viabilização de oportunidades econômicas em bases sustentáveis e à consolidação de políticas de monitoramento e controle ambiental para coibir a degradação dos recursos naturais. Mais de 50 ações já foram implementadas, muitas delas em parceria com os governos estaduais.

Nova lei para Florestas Públicas - Sancionada pelo Presidente Lula em março deste ano, a Lei de Gestão de Florestas Públicas estabeleceu regras para o uso sustentável, criando o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. São três formas de gestão: a criação de unidades de conservação de uso susten-

tável, como as florestas nacionais; a destinação para o uso comunitário, como os assentamentos florestais, reservas extrativistas e áreas quilombolas; e, por último, os contratos de concessão florestal com base em processo de licitação pública e com pagamento pela exploração de produtos e serviços da floresta. Assim, será instalado o primeiro Distrito Florestal Sustentável na área da BR-163. Mesmo antes da lei, a área com certificação madeireira na Amazônia já havia passado de 300 mil para 1,4 milhões de hectares.

30 milhões de hectares em UCs – Em 4 anos, o Governo Lula estará criando cerca de 30 milhões de hectares em UCs em todos os biomas, especialmente em áreas de forte tensão social, onde avança a fronteira agrícola, criando um arco de conservação contra o chamado arco de desmatamento. Corresponde a uma área maior que o Estado do Rio Grande do Sul, uma ampliação de aproximadamente 30% em relação a toda a área protegida até 2002. Para implementá-las foi criado o Fundo de Compensação Ambiental, e aprovada uma Resolução CONAMA sobre Compensação Ambiental. As primeiras indenizações já estão sendo pagas. Em dez anos, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), protegerá 50 milhões de hectares, criando e implementando unidades de con-

servação (UCs), de proteção integral e uso sustentável e consolidando UCs de proteção integral. Serão 37,5 milhões de hectares de novas UCs. Para isso, o Arpa investirá US\$ 395 milhões em dez anos. Atualmente, o governo brasileiro, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF, por meio do Banco Mundial), o banco alemão KfW e o WWF-Brasil já investem US\$ 81,5 milhões.

COP-8 no Brasil - Pela primeira vez, o Brasil sediou a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8), e a Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP-3). A reunião aconteceu em março deste ano em Curitiba com a participação de representantes dos 160 países signatários da convenção. Entre algumas conquistas nas negociações, destaca-se a inclusão da expressão “Contém OGMs” para identificação de produtos com Organismos Geneticamente Modificados, a partir de 2012. Com a regulamentação da lei de Biossegurança, o governo já havia redimensionado a composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), passando a contar com seis representantes da sociedade civil (antes eram três).

Águas têm plano no Brasil – O presidente Lula lançou o Plano Nacional de Recursos Hídricos, ficando o Brasil como o primeiro

país da América Latina, a definir diretrizes, metas e programas para garantir o uso racional da água. Além disso, dois comitês federais de bacia hidrográfica foram criados (Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, e Rio Paraíba). A cobrança pelo uso da água foi implantada na bacia do Paraíba do Sul, que arrecada sete milhões de reais por ano e na bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiáí, com arrecadação de 11 milhões anuais.

Política para povos e comunidades tradicionais

- Foi criada a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e secretariada pelo MMA. O MDS, por intermédio do programa Bolsa Família, já beneficia 20 mil famílias quilombolas e 22 mil índios. E o MMA nesses quatro anos, atendeu 110 mil famílias dessas comunidade através de projetos. Integrada por representantes desses povos, a comissão está estruturando uma política para atender cerca de 5 milhões de pessoas que moram e produzem conservando os ecossistemas, em cerca de 20% do território nacional. Foram criadas no período 2003-2006 dezenove novas reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, com área total de 4,9 milhões de hectares, para 7.593 famílias, correspondendo a um incremento de 95% sobre a área assim protegida desde 1990.

Contra a desertificação – Foi elaborado o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil), e o Projeto Água Doce (PAD), com o objetivo de ampliar a renda e fortalecer o desenvolvimento sustentável nas chamadas Áreas Suscetíveis à Desertificação. Além disso, foi editado pela Agência Nacional de Águas – ANA -, o Atlas Nordeste sobre Abastecimento Urbano de Água com 1.300 municípios e informações sobre fontes de abastecimento sustentável até 2025. O MDS encampou o programa de captação de água de chuva, implantando mais de 100 mil cisternas na Região do Semi-Árido, somando-se as doze mil apoiadas anteriormente pela ANA.

Revitalização do São Francisco – Foi criado o Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, onde estão sendo investidos cerca de 250 milhões de reais pelo MMA em parceria com o Ministério da Integração. Com o Projeto de Emenda Constitucional – PEC -, que estabelece o Fundo da Revitalização, os investimentos anuais poderão ser dobrados. Só nesta bacia, já são mais de 160 projetos em andamento. Outras atividades de revitalização das bacias dos Rios Tocantins, Araguaia e Paraíba do Sul, também foram iniciadas nesse Governo.

Fortalecendo o Sisnama – O MMA concluiu, em 2005, a instalação de 26 Comis-

sões Tripartites Estaduais e a Bipartite do Distrito Federal. As comissões foram instituídas como um espaço de diálogo entre os órgãos e entidades ambientais dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União, com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama. Nas comissões foi iniciado o processo de regulamentação do artigo 23 da Constituição, que prevê a gestão ambiental compartilhada e descentralizada. Em 2005, a Comissão Tripartite Nacional propôs também o Programa Nacional de Capacitação de Gestores do Sisnama, cujos primeiros convênios foram assinados com 12 estados, totalizando investimentos da ordem de R\$ 5.000.000,00.

O Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – Sinima -, instituído pela lei nº 6.938, de 1981, começou a ser implantado na atual gestão e já disponibiliza um banco de dados com informações sobre licenciamento ambiental, unidades de conservação, Caatinga, georeferenciamento de projetos, mapas interativos e Mercosul.

Ainda, com uma previsão orçamentária de mais R\$ 196 milhões, o Fundo Nacional de Meio Ambiente apoiou 19 programas, com uma carteira de 573 projetos e criou a Rede Brasileira de Fundos Socioambientais. O CONAMA aprovou 54 resoluções em três 3 anos e meio, em especial sobre classificação de corpos de água, APPs e Compensa-

ção Ambiental. A Agenda 21 Local, por sua vez, implantou 678 processos de construção e implementação em nível municipal e regional. Em apoio ao Sisnama, 27 delegacias ambientais da Polícia Federal foram instaladas em todo o País.

Ibama mais forte - O Ibama contratou cerca de 1.550 analistas ambientais. A área de licenciamento, que tinha 16 servidores em 2002, contava com 116 funcionários em 2005. Com isso, o órgão bateu o recorde ao conceder 455 licenças a obras de infraestrutura (2004 e 2005). Em três anos, a execução orçamentária do Ibama aumentou em 50%, atingindo, em 2005, a maior cifra de sua história, R\$ 881 milhões. Foi regulamentada a Câmara Técnica de Compensação Ambiental. Os recursos da compensação ambiental, negociados com os empreendedores, somaram um montante próximo de 350 milhões de reais, que foram usados para beneficiar cerca de 170 unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Foram investidos R\$ 4,17 milhões na criação e melhoria de 21 Centros de Triagem de Animais Silvestres e criadas a Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental e a Diretoria de Qualidade Ambiental.

Jovens e adultos em Conferências – A Conferência Nacional do Meio Ambiente foi uma iniciativa importante na democrati-

zação da política ambiental. A primeira, realizada em 2003, reuniu 65 mil pessoas, em todo o país. Um ano depois, o MMA lançou um sistema de acompanhamento das deliberações com cerca de 70% delas já atendidas. A segunda (2005), reuniu mais de 86 mil pessoas no país, apresentando ao final cerca de 800 novas propostas. A Conferência Infante-Juvenil, por sua vez, reuniu 4,5 milhões de pessoas entre jovens, professores e representantes de comunidades, que participaram em conferências nas escolas e em alguns estados. Em Brasília, 800 jovens se reuniram ao final. Na segunda, foi produzida e entregue ao Presidente Lula, a “Carta de Responsabilidades”.



12

Ação para a Educação – Uma das sementes desse trabalho foi a iniciativa pioneira de criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, numa agenda bilateral entre o MMA e o Ministério da Educação. Além disso, foram criadas 24 Comissões Estaduais de Educação Ambiental, 44 redes de educação ambiental nos Estados, 60 Coletivos Educadores e 450 Salas Verdes. Esse trabalho credenciou o Brasil a sediar o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, em abril de 2006, que reuniu 5 mil pessoas de 23 países. No Rio de Janeiro, o Jardim Botânico implementou, com o apoio do Ministério da Cultura, o Centro de Cultura e Meio Ambiente Tom

Jobim, com espaço para teatro e exposições.

Programa para os Biomas - Foram criados Núcleos para a Caatinga e para o Cerrado e Pantanal, ficando o Pampa agregado ao Núcleo da Mata Atlântica. Foi elaborado um Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado e outro semelhante está em curso para a Caatinga.

Parceria na Pesca – Em parceria com a Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca – SEAP -, o Ibama cadastrou a frota pesqueira do litoral Norte e Nordeste, realizou o censo estrutural da pesca marítima nas regiões Sul e Sudeste e monitorou toda a atividade no litoral brasileiro. Foi concluído também o Programa REVIZEE - Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva.

Saneamento ambiental – O Governo criou o Ministério das Cidades que passou a coordenar o programa de saneamento ambiental, investindo cerca de 10 bilhões de reais, especialmente em saneamento básico, atendendo a seis milhões de famílias. O MMA e o CONAMA elaboraram um Anteprojeto de Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, a ser apresentado ao Congresso Nacional.

Pneus sim, lixo não - O Brasil tem toma-

do medidas no plano interno para garantir a proibição da importação dos pneus usados, argumentando inclusive junto à OMC em favor dos mesmos critérios ambientais e de saúde pública para resistir ao questionamento feito pela União Européia, que quer enviar pneus usados para reforma em nosso país.

Agrobiodiversidade - Em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA, o MMA implantou onze Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs), em nove estados. Outra iniciativa foi o Programa de Gestão Ambiental Rural (Gestar), para melhorar a qualidade de vida das populações rurais em oito territórios, em 86 municípios nos estados de SC, RS, MG, MT e PA.

Combatendo a poluição – Foi lançada a Primeira Comunicação Nacional da Convenção sobre Mudança do Clima com o Primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Foi implementado o Protocolo de Montreal, com ratificação de emendas e treinamento de mais de 6.000 refrigeristas para recolhimento de CFCs em geladeiras velhas. Para a Convenção de Estocolmo (POPs), foi firmado um convênio com a Cetesb/SP para implantação de um laboratório de análise de dioxinas e furanos.

Energia – A iniciativa mais emblemática nessa área foi com o Ministério de Minas e Energia antecipando a avaliação ambiental à concessão de empreendimentos de geração elétrica. Além disso, foi lançado o PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica -, com a implementação de 3.300 MW de geração eólica, biomassa e pequenas centrais hidroelétricas - PCHs. Foi lançado também o Programa Nacional do BIODIESEL. Com a mudança do modelo do setor elétrico, a Licença Prévia ambiental passou a ser exigida antes da concessão do potencial hidroelétrico. Da mesma forma, realizou-se a revisão do Inventário do Setor Elétrico considerando os impactos socioambientais dos empreendimentos com a utilização de Avaliações Integradas de Bacia Hidrográfica, rodadas de licitação de blocos marítimos para exploração de petróleo.

Inclusão produtiva – O Ministério do Meio Ambiente no atual mandato do Presidente Lula apoiou projetos de inclusão produtiva com inovação tecnológica, atendendo a cerca de 150 mil famílias, possibilitando a geração de emprego e renda e proteção ambiental, por meio dos programas PDA, PDPI, Agroextrativismo, Proambiente, Gestar, Cimas, Pró-várzea, Pró-Manejo, PNF, Revitalização do São Francisco etc.

AGENDAS PRIORITÁRIAS 2007 a 2010

A Política Ambiental Integrada estabelecerá para o próximo Governo Lula cinco Agendas Prioritárias que organizarão as ações do MMA, Ibama, Ana e Jardim Botânico, articuladas com outros ministérios, agências governamentais e com a participação da sociedade. São elas:

Agenda de Educação e Cidadania Socioambiental

Agenda de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Agenda de Políticas de Infra-estrutura e Qualidade de Vida Urbana

Agenda Ambiental Global

Agenda de Sustentabilidade na Economia

ção e na mobilização das pessoas e até na interlocução entre instituições do Estado e da Sociedade. Esta agenda considera esses conceitos e práticas em sentido ampliado e transversal, envolvendo programas e ações educativas governamentais ou não, na esfera formal e não formal, na comunicação, informação, capacitação e formação, no incentivo a ações comunitárias e cotidianas, interagindo com os núcleos vivos e ativos da cidade e do campo, sempre com o foco na paz e na construção de sociedades sustentáveis.

Merece especial atenção ações de incentivo ao consumo sustentável e à economia e eficiência energética. O Sistema Nacional de Educação Ambiental será fortalecido integrando políticas ambientais e educacionais nas três esferas de governo e na sociedade, promovendo o seu enraizamento entre brasileiros e brasileiras de forma permanente, continuada e integrada.

Prioridades da Agenda de Educação e Cidadania Socioambiental

Conferências de Meio Ambiente. Institucionalização da Conferência Nacional de Meio Ambiente em suas versões adulta e infanto-juvenil, e realização da I Conferência Internacional Infanto-Juvenil.

Agenda 21. Revisão da Agenda 21 Brasileira

1. AGENDA DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA SOCIOAMBIENTAL

A educação e a cidadania socioambiental passam a ser eixos estratégicos da Política Ambiental Integrada, porque orientam mudanças fundamentais de valores e atitudes, na forma-

em integração com as resoluções da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Apoio à constituição de fóruns de Agenda 21 local, com a continuidade do programa de capacitação das Agendas 21 locais e o fortalecimento da Rede Brasileira de Agenda 21.

Desenvolver a Agenda 21 da juventude.

Rede de Conselhos de Meio Ambiente. Organizar, por intermédio do CONAMA, uma rede nacional e internacional de Conselhos de Meio Ambiente, com vistas ao fortalecimento dessa instância de compartilhamento da gestão ambiental. Apoiar a formação de gestores e conselheiros ambientais em todos os municípios do país.

Municípios Educadores Sustentáveis. Estimulo e apoio à constituição de uma Rede de Municípios Educadores Sustentáveis. Assegurar a continuidade na formação de educadores ambientais populares e a ampliação da Rede de Fundos Socioambientais para todo o país.

Enraizamento da Educação Ambiental. Fortalecimento das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, das Redes de Educação Ambiental e dos Coletivos Educadores. Apoio ao funcionamento de salas verdes e viveiros educadores, assim como incentivo à constituição de comissões de

educação ambiental - “Com-Vidas” -, nas escolas. Estimular a formação de educadores ambientais em sindicatos e movimentos populares. Multiplicar as parcerias com organizações da sociedade e empresas.

Cooperação e Educação Ambiental. Realizar uma Campanha Internacional de Educação Ambiental envolvendo os países de língua portuguesa e os ibero-americanos, assegurando o apoio ao desenvolvimento de programas regionais e multilaterais.

Educação ambiental em qualificação da mão de obra – Fortalecer as parcerias interministeriais para agregar a dimensão ambiental nos programas de qualificação da mão-de-obra, especialmente com as pastas do trabalho, agricultura, desenvolvimento, indústria e comércio e desenvolvimento agrário. Com o Ministério da Saúde, devemos formular programas de educação ambiental orientada às instituições e organizações da sociedade com atuação na área de saúde.

2. AGENDA DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Trata-se de um conjunto de políticas de alta prioridade para o atual governo e que deverá ser aprofundada no próximo mandato. O esforço de ampliação, em mais de 30% em áreas de unidade de conservação, no período 2003-2006, deverá ser aprofundado e integrado ao desafio de criação de novos instrumentos para a implantação e consolidação das unidades de conservação em todos os biomas brasileiros. Cabe destacar ainda o propósito do Governo Lula em aprovar e regulamentar a Lei da Mata Atlântica.

A aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas e do Plano Nacional de Recursos Hídricos foram avanços fundamentais para o redirecionamento rumo a um novo padrão de desenvolvimento focado no uso sustentável dos recursos naturais. A consolidação das políticas de gestão de floresta pública e de gestão da águas exigirá o permanente exercício da transversalidade entre os órgãos da administração federal e uma forte integração com governos estaduais e municipais, assegurando o fortalecimento dos espaços de participação e controle social.

Prioridades da Agenda de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais
Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos Consolidar o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos através da implementação do Pla-

no Nacional e do fortalecimento dos órgãos estaduais de recursos hídricos, como forma de assegurar o direito de acesso à água pela população em quantidade suficiente e qualidade padrão, com prioridade para o consumo humano. Constituir e institucionalizar Comitês de Bacia nos rios federais definidos como prioritários. Ampliar a coleta de dados sobre qualidade da água promovida pela ANA. Estabelecer, em conjunto com os estados da região, estratégias específicas para a implementação da Política de Recursos Hídricos para a região Amazônica e Pantanal. Elaborar e implementar o Programa Nacional de Águas Subterrâneas. Implantar o Programa Nacional de Combate à Desertificação, conforme elaborado nos últimos três anos, fortalecendo os compromissos assumidos com a Convenção Mundial de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, bem como iniciativas como programa de convivência com o Semi-Árido. Ampliar os recursos do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Criar unidades de conservação para os ambientes terrestre e marinho, integrando ações com os demais ministérios para implantação das unidades de uso sustentável, sobretudo no atendimento às comunidades tradicionais em reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável (Amazônia,

Cerrado etc.). Ampliar a visitação pública nos parques nacionais como instrumento de financiamento do sistema e de oportunidade de vivência e experiências educativas em áreas naturais.

Planejamento Territorial para a Conservação – Aprofundar as iniciativas de planejamento territorial integrado, visando à construção de alternativas sustentáveis e de integração de políticas públicas no âmbito territorial, compatibilizando experiências de territorialização e gestão territorial (BR-163 Sustentável; BR-319 Manaus-Porto Velho, Vale do Ribeira). Consolidar o programa de revitalização de bacias hidrográficas, principalmente a do Rio São Francisco, com ações integradas.

Avançar a participação social nos instrumentos de planejamento e gestão territorial: ZEE, Plano Diretor, Agenda 21 etc. Implementar os Comitês de Bacia e os Conselhos de Meio Ambiente como instâncias de apoio à articulação na gestão do território. Consolidar o Zoneamento Ecológico Econômico como orientador de políticas públicas, tendo como meta prioritária a sua conclusão e consolidação nos Estados da Amazônia Legal, e em toda a Zona Costeira do Nordeste.

Produção e Uso Sustentável - Através do extrativismo e manejo adequado dos ecossistemas, priorizar as comunidades e o seu

conhecimento tradicional. Reduzir a taxa de desmatamento anual da Amazônia e do Cerrado a níveis médios inferiores aos acontecidos no período 2003-2006. Monitorar a conversão dos outros biomas brasileiros e estabelecer programas específicos para sua proteção, tendo como parâmetros mínimos a conservação das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente exigidos em lei.

Consolidar e fortalecer o sistema de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, apoiando-se num processo democrático e participativo de construção de alternativas que possibilitem a recuperação dos estoques em elevado estágio de sobrepesca.

3. AGENDA DE POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

As políticas de desenvolvimento econômico com ênfase na implementação de projetos de infra-estrutura como, por exemplo, de geração e transmissão de eletricidade, exploração e produção de petróleo e gás, e transportes (rodovias e hidrovias), são atividades com grande potencial de degradação ambiental. Estas atividades provocam de-

gradação ambiental de forma direta, através da modificação do ambiente natural durante a sua construção e operação, ou indiretamente pela facilitação do acesso e indução da ocupação de áreas de grande vulnerabilidade ambiental. Na Amazônia isto se torna especialmente importante, devendo-se incorporar uma visão estratégica que contemple tanto os aspectos socioambientais como os econômicos. Desta forma é fundamental a continuidade do processo de aprofundamento das estratégias de incorporação da dimensão socioambiental no planejamento do setor de infra-estrutura através de instrumentos como a avaliação ambiental estratégica (AAE), inclusive na elaboração do Plano Plurianual (PPA).

Da mesma forma é fundamental uma maior atenção e tratamento de uma forma integrada das questões ambientais urbanas, onde vive a maior parte dos brasileiros, e que impactam sobremaneira as populações de baixa renda. Estas populações sofrem uma grande exposição aos riscos ambientais oriundos da contaminação dos recursos hídricos resultante da falta de coleta e tratamento de esgotos sanitários, da má destinação dos resíduos sólidos domésticos e ou industriais, da vulnerabilidade às enchentes e inundações devido à construção de habitações em banhados e várzeas, e aos riscos de deslizamento e soterramentos decorrentes da ocupação

irregular de encostas de morros. Outro aspecto relevante para a saúde da população é a poluição do ar gerada pelos veículos automotores. A continuidade e o aprimoramento destas políticas colocam os seguintes desafios e propostas relacionadas abaixo.

Prioridades da Agenda com Políticas de Infra-estrutura e Qualidade de Vida

Planejamento Estratégico. Consolidar a Avaliação Ambiental Estratégica dos projetos de infra-estrutura no Plano Plurianual – PPA -, como um instrumento de suporte ao planejamento integrado do governo.

Controle Ambiental Integrado. Apoio aos sistemas de licenciamento ambiental dos Estados, Municípios e do IBAMA, assegurando a consolidação do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. Promover o fortalecimento dos Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente para o controle efetivo da poluição do ar, particularmente nas áreas críticas. Implementar as últimas fases do Programa de Controle de Emissões Veiculares - PROCONVE -, até 2009, referentes a veículos pesados. Elaborar um diagnóstico nacional de emissões provenientes de fontes fixas, usando o Cadastro Técnico Federal como base. Incentivar o uso de tecnologias limpas, por meio do financiamento e desoneração da aquisição de equipamentos que reduzam a poluição.

Gestão de Resíduos Sólidos. Elaborar diretrizes para um programa de gestão de resíduos urbanos. Implantar Sistema de informações de geração e destinação de resíduos (anual), que possa avaliar o desempenho das medidas adotadas, como por exemplo, o Cadastro Técnico Federal. Estimular o desenvolvimento de técnicas de implantação de aterro energético e seus acessórios (compactação, drenos de captação de gases, lavagem de gases, conversão do gás metano em energia elétrica). Estabelecer índices de retorno de embalagens, especialmente para bebidas engarrafadas.

Energia Alternativa e Combustíveis Renováveis. Promover a ampliação das fontes de energia alternativas e renováveis na matriz energética brasileira. Garantir combustíveis cada vez mais limpos, com adição de biodiesel e etanol e diminuição do teor de enxofre contido no diesel. Promover um programa nacional termo-solar para atendimento a conjuntos habitacionais populares e prédios públicos.

Saneamento Ambiental. Promulgar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, na direção do cumprimento das Metas do Milênio.

4. AGENDA AMBIENTAL GLOBAL

O Brasil vem assumindo uma função cada vez mais relevante no cenário internacional no enfrentamento dos problemas sócio ambientais globais. Isto deverá ser intensificado a partir de uma Agenda de Iniciativas, parcerias e negociações bilaterais, regionais e multilaterais.

Estão criadas as condições políticas para esse protagonismo do Brasil no cenário internacional:

- O acúmulo de experiências nas negociações de elaboração e cumprimento dos Acordos Multilaterais de Meio Ambiente, nos últimos 30 anos;

- Iniciativas do país nas negociações comerciais internacionais (fortalecimento do Mercosul, do G-20 na OMC etc.);

- Iniciativas bilaterais não apenas comerciais, mas também culturais, promovidas pelo Governo Lula principalmente voltadas para América Latina e África.

Trata-se de uma agenda estratégica do país para assegurar sua transição ao desenvolvimento sustentável, fazendo de seu patrimônio natural e cultural uma vantagem competitiva nas negociações internacionais, tanto ambientais como comerciais.



Prioridades da Agenda Ambiental Global

Mudanças Climáticas. O Brasil se empenhará fortemente para que todos os países assumam compromissos efetivos perante a Convenção Quadro de Mudanças do Clima. Voluntariamente assumirá metas de combate ao desmatamento; de redução das emissões de CO² por queimadas; de diminuição da queima de combustíveis fósseis e de mudanças no uso da terra – como contribuição nacional ao esforço global de redução do incremento de gases de efeito estufa. Especial ênfase será dada às negociações de compensação aos países pelo desmatamento evitado.

Convenção da Biodiversidade. No plano internacional a prioridade se concentrará na proteção dos direitos e na repartição de benefícios aos povos e comunidades que detenham conhecimentos tradicionais. Internamente será regulamentado por lei o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional.

Serviços Ambientais. O Brasil incentivará que, nos acordos comerciais, sejam priorizados e/ou compensados os países que protegem e mantêm os serviços ambientais dos seus ecossistemas naturais.

Cuidados Ambientais nas Negociações Comerciais. Em fóruns multilaterais, regionais

ou bilaterais serão obrigatoriamente considerados e avaliados os impactos ambientais dos acordos comerciais com vistas a abertura de oportunidades para um comércio mundial mais justo e sustentável.

MERCOSUL. Fazer avançar no Mercosul uma agenda ambiental comum, tanto para as relações intrabloco como para negociações multilaterais e regionais, buscando diminuir as assimetrias legais relativas a proteção do meio ambiente.

Relações Internacionais entre Povos. Apoio às múltiplas experiências de relações, alianças e empreendimentos sociais, independentes dos Estados, inclusive defendendo a participação de representações não governamentais nos fóruns internacionais.

5. AGENDA DE SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA

O objetivo estratégico dessa agenda é promover ganhos progressivos de sustentabilidade sócio-ambiental por meio de mudanças em processos de produção e consumo. Aprofundar iniciativas de transversalidade intra-governamental para assegurar procedimentos cada vez mais sustentáveis, inclusive em compras governamentais.

Propõe-se induzir mudanças de comportamento, inclusão da variável ambiental nos processos de produção e consumo por mecanismos de incentivos econômicos positivos e negativos (crédito, tributo, incentivos fiscais etc.), e de mercado (certificados, selos, incentivo ao consumo sustentável etc.), que se associarão aos instrumentos de comando e controle já em uso.

Especial atenção deve merecer o consumo sustentável, capaz de induzir mudanças nos processos produtivos, qualidade dos produtos, informação ao consumidor (rotulagem de OGMs), do ponto de vista ambiental e sanitário – tanto no mercado nacional como internacional.

Prioridades da Agenda de Sustentabilidade na Economia

Crédito Sustentável. Incentivar os investimentos que apresentem ganhos de sustentabilidade sócioambiental.

Reforma Tributária e Sustentabilidade. Considerar no âmbito da Reforma Tributária em curso iniciativas que promovam investimentos e/ou consumo de produtos e serviços ambientalmente sustentáveis.

Compras Verdes. Usar adequadamente as compras governamentais para fortalecer o

mercado de produtos e serviços sustentáveis.

Ganhos de Sustentabilidade em Cadeias Produtivas Seleccionadas. Algumas cadeias produtivas, devido a sua importância estratégica nos campos econômico, social e ambiental, merecerão agendas específicas com vistas à obtenção de maior sustentabilidade ambiental, como a pecuária bovina, a sojicultura, a mineração, os biocombustíveis, a biotecnologia e outros segmentos eletros-intensivos ou intensivos no uso de recursos naturais.

Inclusão Produtiva das Comunidades Tradicionais e de segmentos da população em condições de injustiça ambiental. Merecerão especial atenção programas dirigidos à inclusão produtiva das comunidades tradicionais (mais presentes nas áreas rurais), e os segmentos sob risco ambiental (mais presentes nas áreas urbanas).

Política de Incentivo às Tecnologias Limpas. Incentivar a introdução de tecnologias limpas em programas governamentais de construção de moradias populares, saneamento, consumo de água e energia, entre outros.

Valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais Avançar com a política de uso sustentável e valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais



Comissão Temática de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Valmir Ortega (Secretário Executivo)

Adilson Vieira

Adriana Ramos

Aldo Arantes

Bruno Pagnocchescchi

Chico Floresta

Donald Sawyer

Fernando Ferro

Geraldo Siqueira

Gilney Amorin Viana

Leonardo Boff

Maurício Laxe

Miriam Dualibi

Nilo Sergio de Melo Diniz

Paulo Kageyama

Pedro Ivo de Souza Batista

Roberto Kishinami

Temístocles Marcelos

Titan de Lima

Volney Zanardi

Weber Avelar

Equipe de Apoio

Bruno Gaspar

Cilene Antonioli

Coordenação do Programa de Governo

Marco Aurélio Garcia (Coordenador)

Dilermando Toni

Glauber Piva

Juarez Guimarães

Miriam Belchior

Renato Rabello

Valter Pomar





CONGRESS

VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



LULA

DE NOVO COM A FORÇA DO POVO